

**SIG N. 06.2013.00004455-0**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, neste ato representado por seu Promotor de Justiça de Modelo, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Modelo, subscritor do presente, doravante denominado **COMPROMITENTE**; e o **MUNICÍPIO DE MODELO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, 1304, centro 89872-000, nesta cidade, representado pelo **Prefeito Municipal, Senhor Ricardo Luis Maldaner**, nos autos do Inquérito Civil n. **06.2013.00004455-0**, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e:

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais individuais indisponíveis (artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que a Constituição da República Federativa do Brasil instituiu Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (Preâmbulo da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** o conteúdo do artigo 127 da Constituição Federal, que dispõe ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 129, inciso II, da mesma Carta Constitucional, que atribui ao Ministério Público a função institucional de

zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público incumbe a defesa judicial e extrajudicial dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor, conforme interpretação conjugada dos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 81, parágrafo único, incisos I, II e III, do Código de Defesa do Consumidor e artigo 1º, inciso II, e artigo 5º, inciso I, da Lei n. 7.347/85;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal prevê em seu artigo 6º a saúde e segurança como direitos sociais;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal traz como princípio fundamental da atividade econômica a defesa do consumidor (artigo 170, inciso V);

**CONSIDERANDO** que o artigo 108, incisos II, III e IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina atribui ao Corpo de Bombeiros Militar a incumbência de regulamentar, fiscalizar, sancionar e periciar quanto à segurança contra incêndios em edificações;

**CONSIDERANDO** o teor da Lei Federal n. 13.425/2017, da Lei Estadual n. 16.157/2013 e do Decreto-Lei Estadual n. 1.957/2013 que dispõem sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências;

**CONSIDERANDO** que o Ofício 2ª Cia-Nr 104-2019-6BBM, de abril de 2019, do Corpo de Bombeiros Militar de Modelo, noticia que há edificações no Município de Modelo que não apresentam Projeto Preventivo contra Incêndio devidamente atualizado, sendo que as ações adotadas desde o ano de 2013 na esfera administrativa não foram suficientes para compelir o ente público municipal a regularizá-las;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

## **1 DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação e manutenção das edificações públicas de Modelo, no que se refere ao cumprimento das normas de segurança e prevenção contra incêndio da edificação.

## **2 DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:**

**2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER (JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR)**

**Cláusula 2ª:** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar junto ao Corpo de Bombeiros Militar os Projetos preventivos contra incêndio das edificações abaixo relacionadas, no prazo de 120 dias e, caso seja necessária nova alteração, compromete-se a realizá-la em até 30 (trinta) dias:

- Sede Social Lions e Leo Clube;
- Unidade de Saúde Municipal e Fórum;
- Estádio Alto da Montanha;
- Prefeitura Municipal de Modelo;
- Jardim de Infância Cantinho Alegre;

**Cláusula 3ª:** Com a aprovação dos Projetos preventivos contra incêndio pelo Corpo de Bombeiros Militar, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a executar integralmente o projeto aprovado no prazo de 6 (seis) meses;

**Cláusula 4ª:** Após a execução integral das adequações elencadas no projeto preventivo contra incêndio, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a solicitar vistoria para Habite-se no prazo máximo de 10 (dez)

dias úteis, devendo comprovar a solicitação documentalmente ao Ministério Público;

**Cláusula 5ª:** Após a vistoria mencionada na Cláusula 4º, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar o Habite-se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a emissão;

**Cláusula 6ª:** Cumprida a Cláusula 2ª deste acordo, o **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR** compromete-se a informar esta Promotoria a aprovação ou não do projeto; cumpridos os itens descritos nas Cláusulas 3ª, 4ª e 5ª, o **COMPROMISSÁRIO** se compromete a encaminhar ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, documentos comprobatórios do cumprimento integral de referidas Cláusulas.

**Cláusula 7ª.** O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se em adotar as providências para renovar os Atestados de "habite-se" e de funcionamento das edificações que apresentam pendência quanto a sua validade;

## 2.2 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER – CORPO DE BOMBEIROS

**Cláusula 7ª:** O **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR** ficará a cargo da fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado pelo **MUNICÍPIO DE MODELO** estando ciente, inclusive, da obrigação de, ao final, expedir o competente habite-se, caso regularizada a edificação.

## 3 DO DESCUMPRIMENTO:

**Cláusula 8ª:** No caso de descumprimento das cláusulas 2ª a 6ª, o **COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE MODELO** fica obrigado ao pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada uma das cláusulas, revertendo tal valor ao Fundo de Reparação dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

#### **4 DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 9ª:** O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE MODELO** em relação ao objeto deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), caso venha a ser integralmente cumprido.

§ 1º. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

§ 2º. A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título.

#### **5 DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO:**

**Cláusula 10ª:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

#### **6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 11ª:** As partes elegem o foro da Comarca de Modelo/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

**Cláusula 12ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, assim como a data para contagem dos prazos nele estabelecidos.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o §3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e os artigos 48, inciso II, e 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Modelo, 14 de maio de 2019.

[assinado digitalmente]  
EDISSON DE MELO MENEZES  
Promotor de Justiça

Ricardo Luis Maldaner  
Prefeito Municipal

Gilnei Roberto Vogel  
Assessor Jurídico

Cristiano Brandão – Cap BM  
Comandante do Corpo de Bombeiros